



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO BÁSICO Nº 10 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COSEG/SIMI**1. OBJETO**

1.1. Locação de imóvel para realização dos procedimentos relativos à Auditoria de Urnas Eletrônicas para as Eleições de 2022.

2. ESPECIFICAÇÕES/CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO IMÓVEL

- Área útil (vão livre, sem divisórias e no mesmo pavimento) entre 500,00 e 800,00 m²;
- Imóvel do tipo comercial;
- Estrutura em concreto armado;
- Sistema de climatização (ar condicionado) para todo o ambiente (500 m² a 800 m²);
- Acessibilidade para pessoa com deficiência;
- Estacionamento para 70 (setenta) veículos;
- Piso em cerâmica, granito ou outra superfície com acabamento plano, resistente e de fácil manutenção e limpeza;
- Mínimo 01 (um) sanitário masculino e 1 (um) feminino, ambos adaptados para PCD, sendo cada sanitário composto por, no mínimo, 03 (três) cabines com vaso sanitário. Essa área não está computada na área a que se refere o item 1;
- Área para refeição com capacidade para acomodar simultaneamente 20 (vinte) pessoas. Essa área não está computada na área a que se refere o item 1;
- Gradeamento em todas as esquadrias (portas e janelas), ou contar com vigilância própria (a cargo do locador);
- Estrutura elétrica trifásica para instalação de tomadas com aterramento;
- Sistema elétrico de 110 v;
- Existência de equipamentos ou sistema de combate a incêndio, com Alvará emitido pelo CBM-ES;
- Bom estado de conservação em sua estrutura, acabamento, pintura e instalações em geral, bem como adequada iluminação interna;
- Localizado em área de fácil acesso e com oferta de transporte público.

3. DA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

3.1. O imóvel deverá estar localizado nos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra ou Cariacica.

4. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. 1º período de locação: de 26/09 a 10/10/2022;

4.2. 2º período de locação (condicionado à ocorrência de segundo turno nas eleições): de 24/10 a 07/11/2022;

5. DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

5.1. O locador se obriga a:

- a) entregar ao locatário o imóvel objeto deste projeto básico em estado de servir ao uso a que se destina, com todas as taxas e impostos quitados até a data do início da locação e com toda a documentação em dia;
- b) responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
- c) arcar com os custos referentes ao consumo de água e energia, taxas de IPTU e condomínio e demais taxas ou tributos que incidam sobre o imóvel;
- d) disponibilizar 01 link de internet com no mínimo 100MB;
- e) disponibilizar 25 (vinte e cinco) tomadas aterradas de 110v nos locais a serem indicados pelo locatário,

6. VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

6.1. Para a execução do serviço objeto do presente Termo de Referência não poderão ser contratadas:

6.1.1. Empresas que possuam em seu quadro, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/ES, nos termos da Resolução CNJ N° 07/2005 e alterações posteriores;

6.1.2. Empresas que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução CNJ N° 07/2005 e alterações posteriores;

6.1.3. A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

6.1.4. Havendo alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ N° 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada a este Tribunal para as providências julgadas cabíveis;

6.1.5. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE-ES, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado para a presente contratação é de R\$ (xxx) para o primeiro período de locação e R\$ (xxx) para o segundo período, caso haja segundo turno.

8. LEI nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais):

8.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

8.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, a Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência da Contratante.

Em 08 de julho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ALVARO SAAD DE ARAUJO**, Técnico Judiciário, em 11/07/2022, às 13:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0767071** e o código CRC **F64B4430**.

0003141-86.2022.6.08.8000

0767071v6